

## **PROGRESO, EDUCAÇÃO e HISTÓRIA LOCAL: uma longa duração**

**José Carlos Souza Araujo**

**Resumo:** este se insere na área de história das idéias pedagógicas, e seu objetivo é configurar uma reflexão em torno da genealogia da idéia de progresso como norteamento para a educação escolar ocidental desde o século XVIII iluminista, procurando demonstrar seu percurso, ainda que pontual pelo século XIX, para vincular sua expressão em torno da temática nas Atas da Câmara Municipal de Uberlândia, MG, Triângulo Mineiro, no período da Primeira República.

**Palavras-chave:** progresso, educação, história local, Uberlândia, Triângulo Mineiro, Câmara Municipal.

Embora as concepções em torno da ilustração e da educação no Brasil ganhem contornos significativos a partir da década de 1870 (BARROS, 1959, p. 21-36), o objetivo deste é buscar um outro ângulo centrado na idéia de progresso – cuja fonte mais adensada está vinculada ao iluminismo do século XVIII – para afirmá-la como horizonte que veio orientando a inserção do Brasil na modernidade até a década de 1940, quando o norteamento passa a se constituir em torno da categoria *desenvolvimento*. Se hoje é comum a afirmação de que deve haver uma educação para o desenvolvimento, anteriormente a educação tinha em vista o progresso.

O objeto deste é averiguar genealogicamente a explicitação do norteamento centrado na concepção defluente da categoria *progresso*. O que se descortina é que “[...] a genealogia é uma forma de examinar e de escrever a história que difere da história tradicional porque se assume como *história com perspectiva, crítica, interessada*. A genealogia parte de um problema ou conceito presente e trata de fazer um ‘mapa’, não dos antepassados senão das lutas e dos conflitos que configuraram o problema tal como o conhecemos hoje” (DUSSEL & CARUSO, 1999, p. 27).

Portanto, a eleição deste objeto está interessada em compreender a educação escolar quanto à sua orientação última, ou melhor, quanto à intencionalidade que fundamenta as

concepções, as orientações legislativo-educacionais, bem como as realizações concretas em torno dela. Trata-se em suma de buscar o rumor ideativo que veio constituindo a centralidade da educação escolar, a um só tempo como fundamento formativo do indivíduo humano e como mediação civilizatória.

Nesse sentido, esta comunicação se estrutura assentada em três eixos que procurarão envolver o binômio *educação e progresso*, presente no título: a) a concepção iluminista do século XVIII; b) a idéia de progresso no século XIX e c) o progresso como horizonte norteador da educação escolar presente em Uberlândia, MG, no período da Primeira República, através do norteamto legislativo situável na Atas da Câmara Municipal, buscando nelas os vestígios em torno das concepções de progressos, expressas nos itens *a* e *b*.

A perspectiva que se abre a essa pesquisa é compreender os vínculos entre as categorias *progresso* e *educação*, compreendendo a primeira como central na compreensão das idéias educacionais veiculadas desde o projeto iluminista. Afirmado assim, a categoria *progresso* se inscreve como potencialmente significativa para a perspectiva da história de longa duração. Nessa direção, a referida categoria se posiciona como um projeto civilizatório, bem como um norteamto para esse mesmo projeto. E a educação é concebida como capaz de fazer irradiar o progresso, eis em suma o ideário iluminista.

Nesse diapasão, expresso pelos vínculos entre educação e progresso, é que buscar-se-á situar a temática educacional desenvolvida no interior da Câmara de Vereadores do município de Uberlândia, MG, entre 1892 e 1930, como participante desse horizonte civilizatório assentado na idéia de progresso. As diretrizes legislativas para o referido município assentam-se portanto num projeto civilizatório ancorado no progresso, o qual norteia e orienta a discussão, a avaliação e a elaboração legislativa, bem como serve de bússola a orientar o futuro.

O verbete da *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* sobre *Progresso* é insignificante quanto à extensão: “Movimento para a frente; o *progresso* do Sol na elíptica; o *progresso* do fogo; o *progresso* desta raiz. Também se toma em sentido figurado, e diz-se fazer *progressos* rápidos numa arte, numa ciência” (ENCYCLOPÉDIE, 1986, p. 284). Entretanto, sua significação se projeta para além de sua genealogia no século XVIII, particularmente no andamento de sua segunda metade.

O ir para diante, o movimento para frente tornou-se uma alavanca orientadora para a civilização ocidental. Embora haja referência sobre o progresso na obra de Saint-Pierre (1658-

1743), *Projeto de Paz Perpétua*, escrita em 1713, bem como se reconheçam influências de Bossuet (1627-1704), de seus *Discursos sobre a história universal*, de 1681, na configuração desse norteamento, o termo *progresso* passa a adquirir projeção basicamente a partir de 1750, sobretudo nas obras de Turgot (1727-1781), Condorcet (1743-1794), Kant (1724-1804), Herder (1744-1803) e Voltaire (1694-1778).

Portanto, historicamente a idéia de progresso se desenha no século XVIII, quando na verdade ela é assumida numa perspectiva mais plenamente secularizada. Os esforços anteriores, sobretudo os vinculados ao período da modernidade, deixam antever o percurso de tal concepção triunfante. Embora a partir do século XVIII possam ser visualizadas várias perspectivas em torno da idéia de progresso, esta adquire uma conotação bem singular no interior da concepção iluminista: aposta ela na perfectibilidade do ser humano, seja no âmbito da educação intelectual, seja no âmbito da educação moral. A utopia educacional se estrutura em torno da construção de um homem ilustrado, contando com as qualidades naturais que ele guarda consigo.

Na visão de Nisbet (1985), o período entre 1750 e 1900 cobre o auge da idéia de progresso no Ocidente, assumindo que é em torno dela que giravam outras idéias como igualdade, justiça social, soberania, popular – acrescentaríamos também o de educação. Tais idéias “quando inseridas no contexto da idéia de progresso poderiam parecer, não só meramente desejáveis, mas também historicamente necessárias, sendo inevitável sua eventual realização” (NISBET, 1985, p. 181).

Buscando explicitar melhor a veiculação de tal concepção pela América Latina, observa-se que, sob a influência da *Comissão Econômica para a América Latina* (CEPAL) criada em 1948, com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento, este passa a ocupar centralidade, produzindo um deslocamento da noção de ‘progresso’ para a noção de ‘desenvolvimento’ (cf. ALPIZAR, 2001).

O verbete do *Dicionário de Política* assume a orientação de que há duas posturas básicas em torno da doutrina do Progresso: iluminismo e idealismo.

“O conteúdo iluminístico está vinculado à idéia da possível perfectibilidade humana, realizável no mundo dos homens. Implica uma atitude crítica em relação à atividade humana e ao processo histórico e, conseqüentemente, a formulação de critérios de avaliação e identificação na história de épocas de progresso, de decadência ou de retrocesso. O processo idealístico, ao contrário, considera o Progresso como um

processo necessário do universo, realizado por um princípio espiritual, e, por isso, contínuo e sem possibilidade de retrocesso” (BOBBIO, 1986, p. 1010).

Na verdade, as duas matrizes – a iluminística e a idealista - se diferenciam bastante: para a primeira, à humanidade cabe definir a direção daquilo que conduz ao progresso. Este se configura como uma intencionalidade, para a qual se caminha gradualmente, mas sob a tutela humana que deve estar realizando escolhas em vista do percurso na direção do progresso. Por conseguinte, há nitidamente uma perspectiva secularizante. Por outro lado, a postura idealista afirma o progresso como contínuo, sem retrocesso, sob a direção de um princípio espiritual. E, por conseguinte, tal progresso se torna necessário.

Para o âmbito dessa comunicação, serão explicitadas algumas posições significativas de Kant e Condorcet a título de exemplificação, buscando situar a questão relativa ao binômio, *educação e progresso*, a fim de explicitar o encaminhamento do ideário iluminista, posto que a postura idealista guarda outros contornos em relação ao objeto deste, e pouco explícitos na documentação primária, objeto deste.

Para Kant, na obra *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, vinda a público em 1784, “[...] o que se mostra confuso e irregular nos sujeitos individuais poderá ser reconhecido, no conjunto da espécie, como um desenvolvimento continuamente progressivo, embora, lento, das suas disposições originais” (KANT 1986, p. 9). Tal afirmação precisa levar em conta a articulação de três conceitos-chave: espécie humana, progresso e disposições naturais. Ou seja: a marcha progressiva da humanidade é perceptível em termos da espécie e não em nível individual, mas tal marcha implica em direcionar as disposições naturais com que a humanidade é dotada.

O trecho citado acima se torna mais explícito, quando da enunciação da Primeira Proposição presente na referida obra: “Todas as disposições naturais de uma criatura estão destinadas a um dia se desenvolver completamente e conforme um fim” (KANT 1986, p. 11). No entanto, a Segunda Proposição da mesma obra, explicita melhor as relações entre o indivíduo e a espécie, bem como situa o significado e a potencialidade da razão como faculdade vinculada à marcha progressiva da humanidade em vista de sua destinação à perfeição. Mas de forma nenhuma ela dispensa o exercício, o ensinamento e a tentativa em vista de tal marcha:

“No homem [...] aquelas disposições naturais que estão voltadas para o uso de sua razão devem desenvolver-se completamente apenas na espécie e não no indivíduo. Numa criatura, a razão é a faculdade de ampliar as regras e os propósitos do uso de

todas as suas forças muito além do instinto natural, e não conhece nenhum limite para seus projetos. Ela não atua apenas de maneira instintiva mas, ao contrário, necessita de tentativas, exercícios e ensinamentos para progredir, aos poucos, de um grau de inteligência a outro” (KANT, 1986, p. 11).

Na obra publicada em 1793, *Aquilo que vale em Teoria, não vale na Prática*, Kant situa o progresso como um gradual e contínuo crescimento, e que nunca pode ser detido: “Será a mim permitido, pois, admitir que, como o gênero humano se encontra em contínuo avanço no que respeita à cultura, que é seu fim natural, também cabe conceber que ele progride para melhor no que concerne ao fim moral de sua existência, de modo que este progresso sem dúvida será às vezes interrompido porém jamais detido” (KANT, 1986, p. 53-54).

Para Condorcet, a razão e o progresso também se fazem bem delineados em sua obra, *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, publicada em 1794. Faremos três citações, a primeira presente na introdução à obra. Seu teor, em vista do objeto deste artigo, implica reconhecer a progressão contínua das faculdades humanas e a marcha para a perfectibilidade humana. Em suas palavras:

[...] a natureza não indicou nenhum termo ao aperfeiçoamento das faculdades humanas; que a perfectibilidade do homem é realmente indefinida: que os progressos dessa perfectibilidade, doravante independentes da vontade daqueles que desejariam detê-los, não têm outros termos senão a duração do globo onde a natureza nos lançou. Sem dúvida, estes progressos poderão seguir uma marcha mais ou menos rápida, mas ela deve ser contínua e nunca retrógrada enquanto a terra ocupar o mesmo lugar no sistema do universo, e enquanto as leis gerais deste sistema não produzirem nem uma desordem geral, nem mudanças que não permitiriam mais à espécie humana conservar aqui as mesmas faculdades, desdobrá-las, encontrar aqui os mesmos recursos” (CONDORCET, 1993, p. 20-21).

A segunda citação, presente no capítulo intitulado, *Dos futuros progressos do espírito humano*, na verdade, de caráter conclusivo, Condorcet estabelece relações em relação ao papel da educação como instrumento destinado ao desenvolvimento igual das faculdades, igualdade esta concebida em seu vínculo com a liberdade concebida como encaminhamento para a vida social: “Enfim, a instrução bem dirigida corrige a desigualdade natural das faculdades, em lugar de fortalecê-la, assim como as boas leis remedeiam a desigualdade natural dos meios de subsistência; assim como, nas sociedades onde as instituições terão conduzido a esta igualdade, a liberdade, se bem que submetida a uma constituição regular, será mais extensa, mais integral do que na independência da vida selvagem [...]” (CONDORCET, 1993, p. 186).

No parágrafo seguinte, é clara a relação entre o aperfeiçoamento do homem e a idéia de progresso como capaz de promovê-lo. Este, na verdade, se funda na igualdade, na extensão da instrução, na liberdade. Enfim, o que está em jogo é a felicidade dos homens:

As vantagens reais que devem resultar dos progressos dos quais se acaba de mostrar uma esperança certa só podem ter por termo o aperfeiçoamento da espécie humana, já que, na medida em que diversos gêneros de igualdade o estabelecerão por meios mais vastos de prover a nossas necessidades, por uma instrução mais extensa, por uma liberdade mais completa, mais esta igualdade será real, mais ela estará próximo de abarcar tudo aquilo que interessa verdadeiramente à felicidade dos homens (CONDORCET, 1993, p. 186).

Com relação ao século XIX, duas figuras exponenciais se evidenciam: Comte (1798-1857) e H. Spencer (1820-1903)

A posição de Augusto Comte se assenta na ordem e no progresso. Na ordem, dada a sua preocupação com a anarquia espiritual em que se pusera a modernidade através da Reforma, do Iluminismo e da própria Revolução Francesa. Daí a necessidade da ordem. Por outro lado, sua posição a respeito do progresso se expressa na conhecida lei dos três estados (teológico, metafísico e científico), construindo em torno deles uma filosofia da história.

Sua posição sobre as relações dependentes entre a ordem e o progresso oferece um sustentáculo à compreensão de seu norteamento teórico em torno da Física Social:

Nenhuma verdadeira ordem pode ser estabelecida e tampouco pode durar se não for perfeitamente compatível com o progresso; nenhum grande progresso pode ser realizado se não levar à consolidação da ordem. ...Assim sendo, a característica principal da ciência social positiva tem de ser a união dessas duas condições, que serão dois aspectos constantes e inseparáveis, do mesmo princípio... As idéias de ordem e de progresso são, na física social, tão rigorosamente inseparáveis quanto as idéias de organização e de vida na biologia (Apud NISBET, 1985, p. 261-262).

Seu posicionamento sobre a melhoria crescente da humanidade também é ilustrador quanto ao horizonte em torno do progresso, bem como em torno das faculdades humanas sempre a caminho do melhoramento:

A mim parece que o melhoramento é tão inquestionável quando o desenvolvimento do qual procede... Considerando a raça humana como um todo e não como um só povo, parece que o desenvolvimento humano traz consigo, de duas formas, uma melhoria sempre crescente: inicialmente na condição radical do homem – o que ninguém nega, e em segundo lugar, em suas faculdades correspondentes, ponto de vista este que se leva menos em consideração (Apud NISBET, 1985, p. 262).

Herbert Spencer “[...] constitui a suprema incorporação do individualismo liberal e da idéia de progresso. Ninguém antes dele e ninguém desde então conseguiu, de forma tão efetiva,

sintetizar as duas filosofias de liberdade e de progresso, ancorando tão perfeitamente a primeira na segunda (NISBET, 1985, P. 237). No decorrer da segunda metade do século XIX, Spencer tornou-se uma referência nesse campo. Uma publicação sua, datada de 1857, intitulada *Progresso: sua lei e causa*, expressa a seguinte orientação: a “[...] lei de progresso orgânico [...] é lei do progresso. Quer no desenvolvimento da terra, no desenvolvimento da vida em sua superfície, no desenvolvimento da sociedade, do governo, das indústrias, do comércio, da linguagem, literatura, ciência, arte, esta mesma evolução, do simples ao complexo, através de sucessivas diferenciações permanece constante” (Apud NISBET, 1985, p. 242).

Observe-se a amplitude dessa afirmação, que abarca uma perspectiva cósmica, biológica e civilizatória. Nesse sentido, tal desenvolvimento é o próprio progresso da civilização da humanidade em sua totalidade, bem como o progresso de cada nação, concebido sempre no universo spenceriano como uma necessidade benéfica.

Em uma outra obra, *Social Statics*, de 1850, Spencer – na verdade, responsável pela frase ‘sobrevivência do mais apto’, adotada por Darwin em *A origem das espécies* – explicita muito claramente o papel do uso no desenvolvimento do ser humano, enquanto alavanca para a adaptação:

O desenvolvimento final do homem ideal é logicamente certo – tão certo como qualquer conclusão à qual atribuamos uma fé implícita... Como fica comprovado pelas experiências de todos os povos em todas as épocas, os órgãos, as faculdades, os poderes e as capacidades não importa o nome que lhes atribuamos – crescem ao serem usadas e definham com a falta de uso; por isso devemos inferir que isso continuará a ser assim. Se essa inferência é inquestionável, também o que dela se deduz o será: a humanidade no fim vai se adaptar perfeitamente a suas condições – o que é também inquestionável” (Apud NISBET, 1985, p. 243).

Portanto, tal ideário em torno do progresso que implica umbilicalmente a educação do homem, individual e coletivamente, mas sempre vinculado à perspectiva civilizatória potencializada pelo progresso - seja aquele presente na segunda metade do século XVIII, seja no século XIX situado nas obras Comte e de Spencer, ambos amalgamando as posturas positivista, evolucionista, científicista e liberal - se configura energeticamente como norteamento, em que a ilustração se torna uma instrumento para a realização civilizatória da humanidade.

Em síntese,

A idéia central, esboçada no século XVIII, é que a razão aparece e se desenvolve pela história. A razão humana é inseparável do movimento da história das ciências, das técnicas. Ela é essencialmente progresso. [...] A originalidade do século XIX reside

ao contrário no fato de conceber o progresso sobre o modelo singular de uma espécie de evolução necessária. O movimento da história, que trata da história dos eventos materiais ou das idéias, não é mais concebida como um programa simplesmente possível, como uma exigência, um ideal prático no sentido kantiano, do qual a primeira condição para que se realize é que os homens o queiram e coloquem em prática para fazê-lo vir à luz. [...] Trata-se de uma marcha necessária, inelutável da História que deve realizar seu programa independentemente, até contra as vontades individuais. A liberdade humana deixa lugar à necessidade das leis históricas que parecem como tão coercitivas quanto as leis naturais [...] (JOLIBERT, 1987, p. 107).

Tais parâmetros que situam o progresso como um objetivo a ser alcançado pelo movimento histórico, situam a educação escolar como um suporte que permitirá operacionalizar tal busca. Nessa esteira concepcional, a pesquisa que vem se fazendo em atas da Câmara Municipal e em jornais locais (*O Progresso* e *A Tribuna*, em circulação no período da Primeira República) de Uberlândia, MG, Triângulo Mineiro, no período compreendido por Primeira República, guardam veiculação com esse ideário.

Durante esse período, a escolarização é concebida como ilustradora, isto é como senda luminosa para o progresso e para a civilização. Nessa direção, as referências às nações mais adiantadas tratam de alinhar a importância da instrução escolar na evolução dos povos. É, portanto, nesse enquadramento cronológico e mental que se insere a proposta de pesquisa, levando-se em conta a circulação de tal ideário, expresso em várias atas da Câmara Municipal, bem como na imprensa local. No entanto, essa comunicação se atém às referidas atas.

O município de Uberlândia, MG, constituído em 31 de agosto de 1888, anteriormente em pouco mais de um ano à proclamação da República – depois de se configurar como distrito a partir de 1852 – teve sua Câmara Municipal instalada em 07/03/1892. Anteriormente, o seu Conselho de Intendência, nomeado em 31 de janeiro de 1891, e instalado a 14 de março do mesmo ano, já se debatera com questões vinculadas à instrução primária, revelando desde então envolvimento nesse particular com os destinos do município.

Entre parêntesis: cabe aqui um esclarecimento em termos administrativos: o termo *intendência* guarda referência sinonímica à direção, à administração, à gestão. Nesse sentido, o intendente corresponde ao que se denomina como prefeito, que etimologicamente significa também administrador.

Portanto, os destinos do município nesse momento couberam ao Conselho de Intendência. Desde então, a questão educacional passou a ser enfrentada legislativamente como



uma questão pública de âmbito municipal. Inclusive, a ata que deu posse aos vereadores, em 07/03/1892, expressa preocupações interinas com a instrução primária:

Tomando a palavra o Sinr. Arlindo Teixeira [até então membro adjunto do Conselho de Intendência] leu e mandou a meza uma proposta authorizando a Camara aprovar interinamente a aula primaria do sexo masculino desta cidade e ocorrer as despezas pela cobrança da taxa escollar cobrada com denominação emposto de capitação. Posta em discussão e não havendo quem pedisse a palavra posta a votos foi aprovada [...] (Ata da Reunião da Câmara Municipal de Uberlândia de 07/03/1892).

Tal citação traduz o envolvimento que o Conselho de Intendência expressava especificamente com relação à imperiosidade das questões educacionais, quando da posse dos vereadores.

Como o objeto deste é investigar sobre a presença do ideário que articula o progresso à educação num espaço público, como o é a Câmara Municipal, num município mineiro, no período da República Velha, é preciso confessar que tal objeto pode parecer descabido no campo legislativo, dado o seu teor de concisão e, por vezes de laconismo, com relação ao campo ideativo. No entanto, a presença do binômio – progresso e educação – se encontra registrada por diversas vezes nas atas referentes ao período em pauta.

Dessa forma, alguns trechos das mesmas ilustrarão o encaminhamento desta comunicação. O trecho abaixo elucida exemplarmente isso, situando o referido binômio como sustentáculo para o destino do orçamento em relação ao provimento de escolas, à subvenção de professores e aos edifícios públicos. O trecho abaixo se refere a um parecer sobre o relatório do Agente Executivo, respeitante aos 3º e 4º trimestres de 1892, relativo aos ‘negócios da municipalidade’, expressão esta presente na referida Ata:

Esta Comissão nutre a esperança de que, em face da organização do orçamento actual, sendo feita a arrecadação regularmente, o municipio poderá fazer face as diversas despezas que são mister para seu progresso; por tanto opina que: primeiro; Seção providas as escolas das Zonas – Tenda e Sobradinho, autorizando ao agente executivo a pôl-as em concurso para seu provimento – e assim tambem, a conceder subvenção á cinco professores particulares, que próvem, os requezitos e exigencia do regulamento escolar, a juizo do referido Agente. [...] Quarto; que para ter lugar a construcção do – Forum – se autorize ao Agente executivo, a consultar ao Secretario de Obras Publicas, se, os Edifícios que servem para Caza da Camara, Cadêa e Escola Estadual passariam a pertencer ao Estado por effeito da doação a elle feita, ou se, são proprios municipaes, dando de tudo, conta a esta Camara (Ata da Reunião da Câmara Municipal de Uberlândia de 14/01/1893).

Em pronunciamento registrado em ata, cujo trecho segue abaixo, o Agente Executivo proclama a possibilidade de renúncia ao cargo, explicitando inicialmente o envolvimento com o progresso da Comarca:

Sois testemunhas presenciais dos esforços que hei empregando de accordo com vosco para caminhar e impulsionar o progresso da Comarca já auxiliando, no grande *desideratum* do desenvolvimento da instrução pública tão atrophiada e atrasada, já no serviço da hygiene publica que conseguiu debelar e evitar o accomettimento de mortíferas molestias indemicas que annualmente tantas vitimas faziam e já finalmente no desenvolvimento dos serviços municipaes em qualquer de seus ramos (Ata da Reunião da Câmara Municipal de Uberlandia de 27/04/1893).

Em 1899, há dois registros sobre o progresso e a educação nas referidas atas. Uma delas de 05/07/1899, argumenta-se que a resolução de instrução pública em projeto traria “a esse ramo o progresso Municipal grandissimo empulço”. Mas o segundo registro na reunião de 17/03/1899 é lapidar: estando em discussão verbas destinadas ao pagamento de professores, relativamente à correlação entre a arrecadação e a despesa empenhada, a decisão da Câmara foi na seguinte direção: “[...] suprima-se pois, as luzes materiais e acenda-se as intellectuais da juventude. Posto em discussão e votação a indicação do Vereador Sant’Anna, foi unanemimente aprovado e votado, autorisando ao Agente Executivo a dispender a mesma verba á arrecadar pelo imposto escolar [...]”. No entanto, tal decisão também envolveu corte de gratificações a professores de um distrito e da sede municipal.

A partir do ano de 1919, as atas revelam decisões relativas “à isenção de impostos municipais, por quinze annos, sobre o predio que a sociedade “Progresso de Uberabinha” pretende construir [...] (Ata da Reunião da Câmara Municipal de Uberlândia de 17/11/1919). Tal decisão se refere a uma solicitação encaminhada e registrada na reunião do dia 07/11/1919:

A comissão de finanças e contas, a que foi presente um requerimento do Presidente da Sociedade e Progresso de Uberabinha, pedindo isenção de impostos municipaes, para o predio que referida sociedade pretende-se edificar nesta Cidade, para funcionar um estabelecimento de instrução, é de parecer que lhe seja concedida a isenção de todos os impostos municipaes, por dez annos, podendo, tambem, suprir-se, gratuitamente, de pedras de que precisar para a mesma construcção, sendo as pedras retiradas da pedreira que a Camara Municipal possue.

Nas atas dos dias 10 e 14/11/1919 também se registram encaminhamentos nessa direção. Na reunião de 30/04/1921, no entanto, de caráter extraordinário, registram-se dificuldades financeiras por parte da referida Sociedade em vista da construção do Ginásio de Uberabinha, a

qual dirige à Câmara um requerimento no sentido de sensibilizá-la para a questão. Em reunião no dia 04/05/1921, foi aprovada uma subvenção de onze contos de réis, a ser paga em 31/03/1922.

Embora o termo progresso aqui se refira a uma associação, é significativo o vínculo com a preocupação em torno da construção de edifícios escolares. É necessário contextualizar que em Uberlândia havia até então um grupo escolar instalado em 01/07/1914. A iniciativa civil em torno da construção de um ginásio estava orientada para o progresso do município. E a educação escolar se constituía como uma expressão que iria acioná-lo.

Sem dúvida, a metáfora em torno da supressão das luzes materiais em prol das luzes intelectuais revela um vínculo com a postura iluminista. Concepções e representações de longa duração percorrem por várias décadas ou mesmo por séculos, e implicam em permanência, no caso aqui de um projeto. O iluminista que privilegiava as luzes intelectuais assumiam estas como instrumentos para perseguir e entrelaçar o progresso.

No entanto, não foi possível averiguar distinções entre os ideários iluminista e idealista, hipotética ou possivelmente presentes na documentação primária em apreço. Caberia aqui um estudo posterior que envolvesse os posicionamentos expressos na imprensa local, bem como a trajetória biográfica dos vereadores que revelasse vestígios nessa direção. Certamente a postura positivista em torno do progresso se encontrava disseminada, como já se verificou em outros estudos potencializados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia; entretanto, o teor presente nas atas da Câmara Municipal de Uberlândia não permite configurar uma afirmação sobre a veiculação do ideário em torno do progresso em sentido idealístico.

Embora as atas da Câmara Municipal não sejam pródigas em revelar tal ideário, por mais de uma dezena de vezes no período considerado, o progresso esteve a orientar e a encaminhar as decisões de caráter educacional. Aclamada como intencionalidade, a categoria representa, desde que ancorada às expressões da segunda metade do século XVIII ou do século XIX, aqui exemplificadas com os posicionamentos de Kant, Condorcet, Comte e Spencer, um delineamento que se persegue em vista de uma crença na perfectibilidade do homem, cabendo à educação escolar papel central.

Referências bibliográficas

- ALPÍZAR, José Solano. Educação y desarrollo en América Latina; un análisis histórico-conceptual. Heredia, Costa Rica: Euna, 2001.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. A ilustração brasileira e a idéia de universidade. Boletim n° 241, Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, 1959.
- BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de Política. 2ª. edição. Brasília: Ed. UnB, 1986.
- CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano. Campinas, SP, Ed. da Unicamp, 1993.
- DUSSEL, Inés & CARUSO, Marcelo. La invención del aula: una genealogía de las formas de enseñar. Buenos Aires: Ediciones Santillana, 1999.
- ENCYCLOPÉDIE ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers (articles choisis). Paris: Flammarion, 1986, vol. 2.
- JOLIBERT, Bernard. Raison et éducation. Paris: Éditions Klincksieck, 1987.
- KANT, Immanuel. Teoría y práctica. Madri: Editorial Tecnos, 1986.
- \_\_\_\_\_. Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. Si el genero humano se halla en progreso constante hacia mejor. In Filosofia de la historia. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- NISBET, Robert. História da idéia de progresso. Brasília: Editora da UnB, 1985.